

# PLANO DE ATIVIDADES

---

2014



*Ficha técnica*

**Título:**

Plano de Atividades 2014

**Edição:**

Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Governo de Portugal

**Data:**

Dezembro de 2013

**Contacto:**

Av. da Liberdade, 270, 1250-149 Lisboa

Tel. (351) 21 310 91 00

**Website:**

[www.instituto-camoes.pt/](http://www.instituto-camoes.pt/)

## Índice

Nota Introdutória .....	5
I. Enquadramento e contexto funcional .....	9
1.1 Missão e atribuições.....	9
1.2 Estrutura Organizacional.....	9
1.3 Organograma .....	11
II. Objetivos .....	12
2.1 Objetivos Estratégicos.....	12
2.2 Objetivos Operacionais .....	13
III. Recursos .....	15
3.1 Recursos Humanos.....	15
3.2 Recursos Financeiros.....	16
3.3 Recursos Tecnológicos .....	17
IV. Atividades Previstas .....	18
4.1 Potenciar os interesses de Portugal no Mundo .....	18
4.2 Reforçar as Relações Bilaterais e Multilaterais .....	19
4.3 Melhorar os Mecanismos de Planeamento e Gestão .....	20
V. Atividades Previstas por Unidade Orgânica.....	21
5.1 Gabinete de Avaliação e Auditoria (GAA) .....	21
5.2 Gabinete de Documentação e Comunicação (GDC).....	22
5.3 Gabinete de Programas e Acordos Culturais (GPAC) .....	24
5.4 Direção de Serviços da Língua e Cultura (DSLCL).....	26
5.5 Direção de Serviços da Cooperação (DSC) .....	30
5.6 Direção de Serviços de Planeamento e Gestão (DSPG) .....	35
5.7 Apoio ao Conselho Diretivo .....	38
VI. Anexo .....	41
Anexo 1 – QUAR 2014 .....	43
Anexo 2 - Rede Externa Cooperação, Língua, Cultura .....	47



## Nota Introdutória

O Plano de Atividades do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP (Camões, IP) obedece às orientações estabelecidas no Decreto-lei 183/96 de 27 de setembro e, enquanto tal, define a estratégia, hierarquiza opções, programa ações e afeta para esse efeito recursos, tendo também em consideração a proposta do Governo sobre as Grandes Opções do Plano para 2014.

O Plano de Atividades foi elaborado seguindo uma metodologia participativa que visa o envolvimento das diferentes unidades orgânicas e hierarquias do Camões, IP procurando desta forma que ele seja um instrumento de agregação em torno de objetivos comuns embora diferenciados, em função, naturalmente, das competências específicas e especializadas de cada unidade orgânica.

Em 2014, a atividade do Camões, IP continuará a desenvolver-se num quadro nacional de contenção orçamental e de racionalização de recursos, plenamente assumido pela instituição, que a ele contrapõe uma preocupação de maior eficiência e eficácia. Para tal contribuem cada uma das unidades orgânicas, num esforço orientado para a prossecução de resultados, através de uma otimização dos meios e num contexto internacional de crescente competitividade em que, quer o domínio da cooperação para o desenvolvimento, quer o da promoção da língua e da cultura, são entendidos pelos Estados também como instrumentos de projeção da sua influência e de defesa dos seus interesses.

Neste contexto, mantêm-se válidas as orientações da tutela do Camões, IP e a determinação do Programa do Governo de *“melhorar a coordenação e eficácia da ajuda externa ao desenvolvimento”* e *“acautelar um serviço eficiente no ensino e divulgação da língua portuguesa no mundo”* como linhas fundamentais para a atuação da instituição.

Não obstante as linhas de continuidade identificadas e que decorrem, natural e necessariamente, dos elementos acima identificados, em 2014, o Camões, IP deverá prosseguir um conjunto de atividades que visam a consolidação da instituição na sequência dos passos encetados em 2012 – ano da criação do Instituto, resultado da fusão entre o Instituto Camões e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – e de confirmação e ajustamento dos procedimentos em 2013. Assim, no âmbito da política de cooperação, dever-se-á ajustar a atividade ao novo Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa e ao modelo de relacionamento e enquadramento da cooperação bilateral que melhor se ajuste aos desafios colocados pela evolução dos debates internacionais neste contexto, e aos desenvolvimentos registados nos países parceiros.

No quadro da Língua e Cultura, continuarão as reformas encetadas, com vista a dar sequência aos resultados nas suas áreas de intervenção em matéria de promoção externa da língua e cultura portuguesas, com especial enfoque no ensino de Língua Portuguesa, na divulgação das formas de expressão artística de criadores portugueses, nomeadamente, através do desenvolvimento de conteúdos culturais, de forma a poderem servir para uma divulgação alargada junto de diversos públicos no estrangeiro.

Nesse sentido, prosseguirão ações relativas à arquitetura, ao cinema, à literatura, à música e as programações terão em consideração ciclos comemorativos, de que se destacam os 500 Anos da chegada dos portugueses à Etiópia, os 400 anos da publicação da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto e Oito Séculos da Língua Portuguesa.

No domínio multilateral, será dada prioridade à operacionalização do Plano de Ação de Lisboa (PALis), visão estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a internacionalização da Língua Portuguesa, documento de orientação que resultou da II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, realizada em Lisboa, no final de 2013. Enquanto visão partilhada pelos Estados Membros da CPLP, decorre deste Plano a relevância da Língua Portuguesa enquanto fator de desenvolvimento, nomeadamente em Estados Membros multilingues, considerando o seu papel transversal a toda a área da educação e do conhecimento, cuja apropriação e utilização contribuir para o progresso das sociedades. A Língua Portuguesa assume-se,

assim, como recurso para a estruturação da educação, assente nos princípios da igualdade e inclusão, condições inalienáveis para o exercício da cidadania e a paz social.

Prosseguindo o objetivo de consolidação institucional, será dada particular atenção a requalificação da rede externa, em particular nos PALOP e Timor-Leste, de forma a agregar atribuições que permitam aos Centros Culturais e aos Centros de Língua constituir-se como unidades multifuncionais da Cooperação Portuguesa.

No domínio da atuação da Direção de Serviços de Planeamento e Gestão, área instrumental para todo o funcionamento da instituição nas suas dimensões interna e externa, deverá assumir especial centralidade o esforço de certificação de qualidade dos procedimentos adotados na gestão das diferentes áreas de intervenção do Camões, IP, processo que se pretende contribua para uma consolidação da normatização já alcançada através do trabalho conjunto de todas as unidades orgânicas de que resultou o Manual de Procedimentos do Camões, IP.

Em linha com este objetivo, prosseguirá o esforço de desmaterialização documental e comunicação em rede, de modo a melhorar a articulação dos serviços internos entre si e com os serviços externos.



## I. Enquadramento e contexto funcional

### 1.1 Missão e atribuições

O Camões, IP é um instituto público, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio.

Tendo sido criado pelo Decreto-lei nº 21/2012, de 30 de janeiro, e resultando da fusão do Instituto Camões, IP (IC), e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, IP (IPAD), com o objetivo de obter um aumento de eficácia na prestação dos serviços públicos que prosseguiram aquelas duas instituições, o Camões, IP tem por missão propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política.

Simultaneamente, compete ainda ao Camões, IP propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurando a presença de leitores de português, e gerir a rede de ensino de português no estrangeiro nos níveis básico e secundário.

O Plano de Atividades do Camões, IP reflete, assim, a complementaridade da diversidade e abrangência temática e geográfica da sua Missão, tal como resulta da definição que lhe é dada pelo enquadramento legal aplicável. Recorde-se que o Decreto-lei 21/2012 determina que o Camões, IP deve *“potenciar a capacidade de intervenção no desenvolvimento da política de cooperação internacional e de promoção externa da língua e da cultura portuguesas”*.

### 1.2 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional adotada para o Camões, IP reflete as preocupações inerentes à sua criação, i.e. a integração de funções e busca de sinergias entre as áreas de intervenção da instituição e uma otimização do uso dos recursos humanos tendo em vista, ainda, uma

redução das redundâncias e dos custos de funcionamento sem afetar a coerência da intervenção e a capacidade de resposta.

A fusão do IPAD e do IC permitiu uma racionalização da estrutura orgânica do Camões, IP tendo sido reduzidos treze cargos dirigentes (uma redução de 39%, conforme organograma que abaixo se insere), com os consequentes ganhos de poupança e redução da despesa pública.

Ao nível da Direção superior o Camões, IP integra um Presidente, um Vice-Presidente e dois Vogais e dispõe, ainda, nos termos do artigo 17º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro, de um Fiscal Único, órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial do Instituto.

Ao nível da direção intermédia está dotado de três unidades orgânicas nucleares:

- Direção de Serviços de Cooperação
- Direção de Serviços da Língua e Cultura
- Direção de Serviços de Planeamento e Gestão

As diferentes competências destas direções intermédias estão, por sua vez, distribuídas por treze unidades orgânicas flexíveis definidas na Deliberação 1201/2012 de 27 de julho do Conselho Diretivo do Camões, IP.

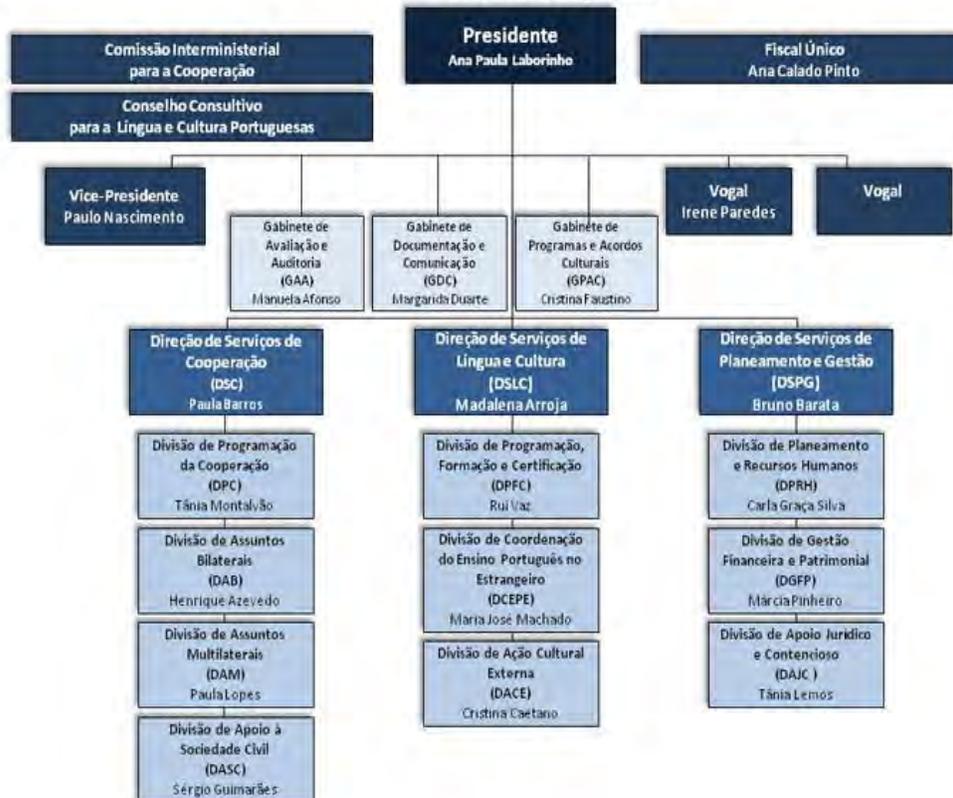
A Portaria 194/2012, de 20 de junho, que aprova os Estatutos do Camões, IP, prevê também a criação de um Gabinete de Avaliação e Auditoria que está subordinado hierárquica e funcionalmente ao Conselho Diretivo.

Por deliberação do Conselho Diretivo foram criadas igualmente as seguintes unidades orgânicas flexíveis na sua dependência direta;

- Gabinete de Programas e Acordos Culturais
- Gabinete de Documentação e Comunicação.

## 1.3 Organograma

### Camões – Instituto da Cooperação e da Língua , I. P. Estrutura Orgânica



## II. Objetivos

### 2.1 Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos do Camões, IP decorrem do Programa do XIX Governo Constitucional e, em particular, das linhas de orientação para a área da Política Externa, de que se destaca a “importância do relacionamento com os países de expressão portuguesa (e) a relevância da língua que nos une”. Os dois vetores chave da intervenção do Camões, IP aparecem assim associados, reforçando a lógica funcional que ditou a criação da instituição à qual foi atribuída a responsabilidade de *“potenciar a capacidade de intervenção no desenvolvimento da política de cooperação internacional e de promoção externa da língua e da cultura portuguesas”*.

Acresce que as Grandes Opções do Plano para 2014 (GOP), na linha de continuidade que se justifica no quadro da legislatura, reconhecem a relevância da cooperação para o desenvolvimento sublinhando que *“serão desenvolvidas ações visando o reforço do papel do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP enquanto organismo responsável pela direção, coordenação e supervisão da cooperação”*. É igualmente reafirmada a *“aposta na língua portuguesa”*, a *“reforma do ensino português no estrangeiro”*, a *“promoção e difusão do português como língua global”* e o *“reforço da cooperação com países cuja planificação linguística integra ou prevê integrar o português como língua curricular”*. De forma sintética, e seguindo o que se encontra definido no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QuAR) de 2014, são Objetivos Estratégicos do Camões, IP:

- Potenciar a capacidade de intervenção da Política de Cooperação para o Desenvolvimento e de promoção da Língua e da Cultura Portuguesas;
- Produzir e implementar uma política de gestão pela qualidade total, que se traduza na transparência, eficácia e eficiência da atividade;
- Integrar as estruturas onde coincidam Cooperação, Língua e Cultura para a sua racionalização e maior eficácia;
- Promover o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD);

- Estruturar e coordenar a política de difusão e promoção da Língua e da Cultura Portuguesas no estrangeiro contribuindo para a estratégia de Diplomacia Económica e consolidação da Marca Portugal.

## 2.2 Objetivos Operacionais

No contexto do QuAR 2014, destacam-se, pela sua relevância para o presente Plano de Atividades,

### **Objetivos Operacionais de Eficácia:**

- Qualificar as redes de ensino/aprendizagem de língua portuguesa e de divulgação da cultura portuguesa, das culturas em língua portuguesa e de formação intercultural;
- Promover a integração das estruturas externas de Língua, Cultura e Cooperação numa estrutura de gestão única nos PALOP e Timor Leste;
- Produzir e divulgar informação sobre fluxos de ajuda externa relativos à APD;
- Assegurar a criação de receitas do Camões, IP.

### **Objetivos Operacionais de Eficiência:**

- Desenvolver metodologias de harmonização dos instrumentos de gestão da rede externa;
- Contribuir para que as prioridades da política externa portuguesa nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento e da Língua e Cultura sejam refletidas no plano Europeu e Multilateral;
- Garantir o seguimento e a implementação das recomendações resultantes das avaliações e auditorias realizadas em 2013;
- Promover o financiamento, implementação e/ou gestão de PPA bilaterais, nomeadamente no âmbito dos PIC elaborados, e de cooperação delegada bem como o apoio à intervenção das OSC no domínio da Cooperação e Educação para o

Desenvolvimento, através do cofinanciamento de projetos no âmbito das Linhas de Cofinanciamento

- Garantir o funcionamento do sistema de controlo interno.

**Objetivos Operacionais de Qualidade:**

- Implementar uma metodologia de avaliação da satisfação dos utilizadores;
- Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a qualificação, capacitação e satisfação dos colaboradores;
- Desenvolver uma cultura de melhoria contínua, otimizando e garantindo a eficiência dos recursos internos e externos, por forma a garantir a validação do processo de certificação do Camões, I.P.

### III. Recursos

#### 3.1 Recursos Humanos

A estrutura do Camões, IP tem vindo a ser reajustada à luz das determinações que ditaram a sua criação e no quadro do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central no qual, de forma geral, se inscreve também a criação do Camões, IP.

De acordo com a sua estrutura orgânica e com o mapa de pessoal aprovado para 2014 o Camões, IP vê o seu quadro de pessoal reduzido em 10 postos de trabalho na persecução do objetivo da redução de efetivos, através das ferramentas das rescisões por mútuo acordo e da requalificação de trabalhadores:

Tipo de Efetivo	Designação Cargo/ Carreira/Grupo (Tabela SIOE)	2013 (a)	2014 (b)
		N.º de Postos de trabalho /efetivos	N.º de Postos de trabalho /efetivos
Efetivos reais em funções - Mapa de Pessoal	Dirigente Superior de 1.º Grau	1	0
	Dirigente Superior de 2.º Grau	3	0
	Dirigente Intermédio de 1.º Grau	3	0
	Dirigente Intermédio de 2.º Grau	13	0
	Técnico Superior (c)	104	-5
	Assistente Técnico (c)	49	-5
	Assistente Operacional	7	0
	Informático	4	0
	<b>Total</b>		<b>184</b>

(a) Fonte: Anexo II do Projeto de orçamento de 2014 previsão a 31.12.2013

(b) Fonte: Anexo II do Projeto de orçamento de 2014 previsão de pessoal a recrutar e de saídas para 2014

(c) Inclui 1 trabalhador em funções fora do organismo

A situação das chefias, que no ano de 2013 foram nomeadas em regime de substituição, tem vindo a ser revista tendo-se procedido aos concursos públicos necessários com vista à

nomeação em comissão de serviço. A situação das unidades orgânicas nucleares foi já normalizada estando em curso a regularização das unidades orgânicas flexíveis e dos Gabinetes de Avaliação e Auditoria de Programas e Acordos Culturais, e de Documentação e Comunicação.

### 3.2 Recursos Financeiros

No âmbito do seu processo de fusão, o Camões, IP passou a estar dotado de um orçamento único em sistema de contabilidade pública desde o dia 1 de agosto de 2012. O fim da fragmentação orgânica em dois institutos e a integração num único orçamento permitiu – em matéria de Despesa Pública - reforçar o controlo orçamental, racionalizar recursos e eliminar duplicações de procedimentos e tarefas.

Para 2014, a previsão orçamental da dotação do orçamento de funcionamento atribuído ao Camões, IP é de 52.6 M€ cuja distribuição por atividade económica é a seguinte:

FF*	Atividades	2013 (a 22 de outubro)		2014	2014/2013
		Orçamento inicial	Orçamento corrigido	Orçamento Inscrito	Varição %
		(1)	(3)	(4)	(5)=((4)-(2))/(2)
FF311.OE	Atividade 178 "Cooperação Internacional"	22.123.876,00 €	19.477.710,00 €	15.548.049,00 €	-30%
	Atividade 183 "Presença Portuguesa no Exterior"	5.596.211,00 €	5.459.101,00 €	5.457.712,00 €	-2%
	Atividade 198 "Ensino do Português no Estrangeiro"	25.613.759,00 €	25.625.242,00 €	23.036.389,00 €	-10%
	Atividade 258 "Gestão Administrativa"	6.940.368,00 €	6.776.708,00 €	5.519.201,00 €	-20%
	<b>Total Funcionamento (1)</b>	<b>60.274.214,00 €</b>	<b>57.338.761,00 €</b>	<b>49.561.351,00 €</b>	<b>-18%</b>
FF510.RP	Atividade 183 "Presença Portuguesa no Exterior"	283.850,00 €	206.767,00 €	209.536,00 €	-26%
	Atividade 198 "Ensino do Português no Estrangeiro"	0,00 €	1.004.347,00 €	1.315.767,00 €	100%
	Atividade 258 "Gestão Administrativa"	6.150,00 €	6.000,00 €	20.150,00 €	228%
	<b>Total Receitas Próprias (2)</b>	<b>290.000,00 €</b>	<b>1.217.114,00 €</b>	<b>1.545.453,00 €</b>	<b>433%</b>
FF540	Atividade 178 "Cooperação Internacional"	0,00 €	0,00 €	1.500.000,00 €	100%
	Atividade 258 "Gestão Administrativa"	600.000,00 €	585.000,00 €	0,00 €	-100%
	<b>Total FRI (3)</b>	<b>600.000,00 €</b>	<b>585.000,00 €</b>	<b>1.500.000,00 €</b>	<b>150%</b>
	<b>Total: (1)+(2)+(3)</b>	<b>61.164.214,00 €</b>	<b>59.140.875,00 €</b>	<b>52.606.804,00 €</b>	<b>-14%</b>

Fonte: GeRFIP; Mapa V da Lei OE com posteriores alterações e POE de 2014 (SIGO)

\* Fontes de financiamento nacionais, não inclui financiamentos comunitários

### 3.3 Recursos Tecnológicos

Tendo em conta a especificidade da atuação do Camões, IP nomeadamente o crescente recurso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), mantêm-se a preocupação e a aposta no reforço da reorganização dos meios disponíveis, de modo a melhorar a interoperatividade entre os utilizadores e potenciar o trabalho conjunto, em complementaridade e colaboração entre os domínios da Cooperação, Língua e da Cultura. Trata-se, pois, de agilizar quer a gestão dos serviços, quer a prestação da atividade da instituição, permitindo que esta seja desempenhada num contexto de maior eficácia, alcance dos públicos-alvo e racionalidade económica. O reforço dos meios existentes e um maior aproveitamento do seu potencial encontra-se entre as prioridades da atuação do Camões, IP. Pretende-se, neste contexto, através do Centro Virtual Camões (CVC) reforçar as ações de formação a distância e promover este recurso como instrumento de aprendizagem.

## **IV. Atividades Previstas**

As atividades previstas para 2014 procuram dar corpo aos Objetivos Estratégicos, numa lógica de convergência de ações que se reforçam mutuamente em termos de eficácia e que se conjugam tendo presente a lógica inerente à criação do Camões, IP. Por uma razão metodológica poderão ser agrupadas em três grandes domínios:

### **4.1 Potenciar os interesses de Portugal no Mundo**

Reconhecendo-se à Língua Portuguesa um papel central na estruturação das relações de Portugal com diversos países e instituições, estudos realizados demonstram um valor económico que importa aproveitar e promover. Assiste-se, além disso, a um crescente interesse pela aprendizagem da Língua Portuguesa, o que também tem contribuído para a internacionalização das instituições portuguesas de ensino superior.

Também o reconhecimento do Fado como Património da Humanidade, os prémios internacionais atribuídos a cineastas e arquitetos portugueses, a tradução e edição de autores portugueses em outras línguas têm servido para alargar o interesse pela cultura portuguesa com efeitos favoráveis no reconhecimento da Marca Portugal.

Assim, pretende-se potenciar quer os pontos da rede de Ensino da Língua Portuguesa, quer uma maior articulação entre a diplomacia cultural e a diplomacia económica, beneficiando, sempre que possível, do mecenato de empresas portuguesas. Este esforço terá de ser desenvolvido através de uma estreita articulação com as Missões Diplomáticas, tendo em consideração quer os recursos disponíveis, quer o potencial revelado por cada uma das áreas de responsabilidade daquelas missões. Será ainda essencial uma articulação com outros serviços da administração pública que prossigam missões congéneres, em particular o Ministério da Educação e Ciência e os organismos sob tutela do Secretário de Estado da Cultura.

No âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento, entende-se que importa aprofundar novos vetores como sejam o apoio ao empreendedorismo, desenvolvimento empresarial

e inovação. Estas áreas, contribuindo para o desenvolvimento económico dos países parceiros da Cooperação Portuguesa, têm também o potencial de contribuir para a internacionalização de agentes económicos nacionais, nomeadamente Pequenas e Médias Empresas (PME) através do estabelecimento de parcerias com empresas locais. O estabelecimento de uma estratégia para o setor privado ancora nesta preocupação que deverá também passar pelo reforço da articulação e envolvimento do setor privado e da sociedade civil na APD e o estreitamento da articulação com os atores financeiros, nomeadamente através de uma identificação de oportunidades de financiamento, para além das existentes a nível nacional.

#### **4.2 Reforçar as Relações Bilaterais e Multilaterais**

Desenvolvendo-se a atividade do Camões, IP no quadro da Política Externa portuguesa e no âmbito das vertentes bilateral e multilateral, também aqui se procurará levar a cabo um conjunto de iniciativas que contribuam para o reforço da Língua Portuguesa, nomeadamente através da afirmação da rede do ensino básico e secundário como sistema de qualidade, do desenvolvimento de parcerias com países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a conjugação de esforços e maior visibilidade internacional na promoção do português como língua global e da valorização do português como língua de conhecimento e inovação. Neste contexto, será central a implementação do Programa de Ação de Lisboa incluindo o fomento e a circulação de artistas e bens culturais dos países de língua portuguesa como modo de fomentar a economia criativa.

O esforço de consolidação e alargamento da Língua Portuguesa é reforçado por uma maior visibilidade de Portugal no quadro internacional. Contribuindo para este desiderato, o Camões, IP deverá propor, implementar e acompanhar propostas tendentes a reforçar a componente cooperação não só na CPLP e na Conferência Ibero-Americana (CIB), mas também no quadro das Nações Unidas, contribuindo, nomeadamente, para a obtenção de consensos na discussão sobre a redefinição da arquitetura da ajuda e da revisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

Em termos bilaterais, importa dar sequência ao reforço da qualidade dos programas, projetos e ações (PPA) definidos como prioritários em conjunto com os países parceiros, tendo presente a preocupação de reduzir os custos de transação e de execução. Para se obter uma melhor gestão da Cooperação Portuguesa importa ainda assegurar, através de uma interação acrescida com outros atores nacionais públicos e da sociedade civil, o reforço do papel do Camões, IP como organismo coordenador da Cooperação Portuguesa.

### **4.3 Melhorar os Mecanismos de Planeamento e Gestão**

A vertente do planeamento e gestão, designadamente o planeamento dos instrumentos de gestão, bem como a gestão dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros do Camões, IP é estruturante e essencial para que as áreas operacionais possam corresponder com eficácia aos objetivos a que se propõem.

Tendo sido concretizada a fusão dos orçamentos do IPAD e IC no sistema de Gestão de Recursos Financeiros Partilhada (GERFIP) e, por essa via, dado cumprimento também à adoção do Plano Oficial da Contabilidade Pública (POCP), conforme o determinado no DL nº 232/97, prosseguir-se-á o rigor da gestão em linha com a racionalização de recursos e otimização de procedimentos.

No âmbito desta vertente, e em estreita articulação com a definição dos objetivos estratégicos já referidos, deverá promover o investimento na melhoria contínua do sistema de qualidade e gestão por forma a prosseguir o objetivo de implementar um sistema de Gestão da Qualidade com Certificação (norma ISO 9001), o que permitirá e implicará também uma atualização de conhecimentos dos colaboradores do Camões, IP com óbvia e positiva interação com as prioridades definidas em matéria de valorização dos recursos humanos.

## V. Atividades Previstas por Unidade Orgânica

As orientações e objetivos estratégicos definidos no Plano de Atividade para 2014 traduzem-se em objetivos estratégicos e operacionais ao nível de cada unidade orgânica, em linha com as especificidades das suas atribuições estabelecidas pela Portaria nº 194/2012 de 20 de julho conforme a seguir se discrimina.

### 5.1 Gabinete de Avaliação e Auditoria (GAA)

O Gabinete de Avaliação e Auditoria (GAA) possui as seguintes competências:

- Proceder à avaliação da execução dos programas, planos e projetos, em função dos objetivos definidos, diretamente ou através de avaliação externa;
- Propor os termos de referência e selecionar as entidades responsáveis pela avaliação interna ou externa de programas, projetos e ações;
- Colaborar em avaliações conjuntas com outros parceiros, designadamente organismos internacionais e com serviços congéneres de outros Estados;
- Produzir informação técnica na área da avaliação, disseminando informação sobre os resultados das avaliações realizadas e propondo mecanismos para a incorporação da experiência adquirida na programação e em programas, projetos e ações futuros;
- Promover a realização de auditorias internas aos serviços do Camões, IP e externas, de acordo com as normas aprovadas.

A atividade do GAA é transversal ao Camões, IP sendo de especial relevância numa ótica de responsabilização/prestação de contas e aprendizagem, quer ao nível interno (para toda as unidades orgânicas do Camões), quer externo, nomeadamente para os ministérios setoriais, países parceiros e entidades executoras dos programas e projetos no âmbito da atividade do Camões, IP.

## **Programas**

A operacionalização dos objetivos identificados para o GAA será efetuada através de um conjunto de 2 programas que abrangem como grandes áreas:

- Avaliação
- Auditoria

## **Atividades**

A execução dos programas será assegurada através de 5 atividades:

- i. Implementação do Plano de Avaliação;
- ii. Produção/revisão de documentação técnica;
- iii. Implementação do Plano de Auditoria;
- iv. Conceção de documentos estratégicos;
- v. Acompanhamento dos *fora* internacionais em matéria de avaliação.

## **Recursos**

Os recursos humanos, no total de cinco, distribuem-se conforme seguinte quadro (lista nominal e distribuição por categorias: 1 dirigente intermédio e 4 técnicos superiores):

Manuela Afonso	Chefe de Divisão
Carolina Estróia	Técnico superior
Mário Ribeiro	Técnico superior
Pedro Amaral	Técnico superior
Rita Santos	Técnico superior

## **5.2 Gabinete de Documentação e Comunicação (GDC)**

O Gabinete de Documentação e Comunicação (GDC) criado, enquanto unidade orgânica flexível, por deliberação do Conselho Diretivo do Camões, IP e na sua dependência direta, possui as seguintes competências:

- Conceber, atualizar e aplicar os critérios, normas e produtos de comunicação da imagem do Camões, IP e das suas atividades, nos domínios da cooperação e da difusão da língua e da cultura;
- Conceber e manter atualizado o sítio do Camões, IP na Internet, bem como outras formas inovadoras de comunicação e interação;
- Promover ações de sensibilização e informação dos diferentes grupos-alvo das atividades do Camões, IP em articulação com os serviços responsáveis por essas atividades;
- Assegurar os procedimentos inerentes à tradução, edição e distribuição de publicações da responsabilidade do Camões, IP bem como à participação em publicações de outros parceiros, em diferentes suportes;
- Assegurar a pesquisa, aquisição, tratamento, conservação e difusão de toda a informação relevante para a atividade do Camões, IP;
- Definir uma política de gestão do arquivo do Camões, IP assegurando o respetivo acesso ao público, nos termos da lei;
- Manter os serviços informados sobre a atividade do Camões, IP.

### **Programas**

A operacionalização dos objetivos identificados para o GDC será efetuada através de um conjunto de 2 programas que abrangem como grandes áreas:

- Comunicação e Informação
- Documentação

### **Atividades**

A concretização dos programas nas áreas acima identificadas será assegurada por um conjunto de 10 atividades:

- Seis na área da comunicação e informação que visam (i) a gestão da rede informática; (ii) a atualização da informação relativa à atividade interna e externa;

(iii) a gestão da página eletrónica; (iv) a produção do Encarte no JL - Jornal de Letras, Artes e Ideias; (v) a coordenação do plano de comunicação; (vi) a organização de ações, a realizar na sede;

- Duas na área dos arquivos, que visam (vii) o tratamento da documentação em depósito proveniente da ex-APAD, do ex-IPAD, do ex-Instituto Camões e o arquivo dos Espoliados; (viii) a organização dos arquivos da rede externa relativos a Cooperação, Língua e Cultura;
- Duas na área das bibliotecas que visam (ix) a implementação de programa de gestão bibliográfica das bibliotecas da rede externa e da sede; (x) a criação do Centro de Documentação Camões.

### **Recursos**

Os recursos humanos, no total de 8 trabalhadores (4 técnicos superiores; 2 técnicos/especialistas de informática, 1 assistente técnico e 1 assistente operacional), distribuem-se conforme o seguinte quadro:

Margarida Duarte	Chefe de Divisão
João Belo	Técnico superior
Maria do Céu Novais	Técnico superior
Paulo Gonçalves	Técnico superior
Filomena Silva	Assistente Técnico
Rogério Nunes	Assistente Operacional
Francisco José Reboicho Rodrigues	Especialista de Informática
João Carlos Martins Crespo de Carvalho	Técnico de Informática

### **5.3 Gabinete de Programas e Acordos Culturais (GPAC)**

- O Gabinete de Programas e Acordos Culturais (GPAC) criado, enquanto unidade orgânica flexível, por deliberação do Conselho Diretivo do Camões, IP na sua dependência direta, possui as seguintes atribuições:

- Promover, coordenar e desenvolver as relações diplomáticas na área cultural, designadamente, através de contactos privilegiados com as missões diplomáticas acreditadas em Lisboa ou articulando-se com as missões diplomáticas portuguesas no estrangeiro;
- Assegurar a coordenação da elaboração de relatórios sucintos sobre as atividades desenvolvidas pelo Camões, IP nos inúmeros países com os quais Portugal mantém relações diplomáticas, com vista à resposta a pedidos de informação atualizada dos órgãos da tutela.

### **Programas**

A operacionalização dos objetivos identificados para o GPAC será efetuada através de 2 programas que correspondem a duas áreas distintas de intervenção:

- Valorizar o posicionamento de Portugal no mundo através da negociação de acordos, programas e outros instrumentos bilaterais de cooperação cultural;
- Contribuir para a preparação/realização de encontros político-diplomáticos, de carácter bilateral e multilateral, em Portugal ou no estrangeiro.

### **Atividades**

A concretização daqueles programas será assegurada através de 6 atividades:

- i. Negociação de acordos de cooperação cultural;
- ii. Negociação de programas de cooperação cultural;
- iii. Negociação de outros instrumentos bilaterais de cooperação cultural;
- iv. Instrução de processos de aprovação interna dos acordos *supra* referidos;
- v. Organização, preparação, acompanhamento e representação em reuniões internacionais, de carácter bilateral ou multilateral;
- vi. Coordenação da elaboração de relatórios atualizados relativos ao relacionamento bilateral nas áreas da cooperação, língua e cultura.

## **Recursos**

Os recursos humanos, no total de 7 (4 Técnicos Superiores, 2 Diplomatas, 1 Assistente Técnico) distribuem-se conforme o seguinte quadro:

Cristina Isabel da Costa Pinto Faustino	Chefe de Divisão
João Manso Preto	Diplomata
Isabel Raimundo	Diplomata
Maria Noémia Marques	Técnico superior
Ana Maria Azemel	Técnico superior
Maria Margarida Robalo	Técnico superior
Ana Paula Gonçalves	Assistente Técnico

## **5.4 Direção de Serviços da Língua e Cultura (DSLCL)**

Os programas e atividades da Direção de Serviços de Língua e Cultura (DSLCL) decorrem das orientações contidas nas Grandes Opções do Plano para 2014 em matéria de Política Externa e do Plano de Ação de Lisboa. Nestes termos, os Programas e Atividades visam potenciar os interesses de Portugal no Mundo, reforçar a aposta na Língua Portuguesa enquanto vetor estratégico, nomeadamente na aproximação às comunidades portuguesas, participando ainda na política de cooperação para o desenvolvimento.

### **Programas**

Os objetivos identificados para a DSLCL são prosseguidos por três unidades orgânicas - a) Divisão de Programação, Formação e Certificação, b) Divisão de Coordenação de Ensino e c) Divisão de Ação Cultural Externa - que colaboram entre si na execução de 6 programas:

P1 – Português no Mundo;

P2 – Português Língua de Herança;

P3 – Educação e Desenvolvimento;

P4 – Ação Cultural Externa;

P5 - Cultura e Desenvolvimento;

P6 – Centro Virtual Camões.

### **Atividades**

Para a concretização destes programas, concorrem 50 atividades:

#### **P1 – Programa Português no Mundo (UO responsáveis: DCEPE & DPFC)**

- i. Rede EPE / Leitores;
- ii. Protocolos de Cooperação: Rede de Docência, Cátedras, Formação especializada;
- iii. Centros de Língua Portuguesa: Funcionamento, Receitas;
- iv. Centros de Avaliação e Certificação de PLE;
- v. Programas de Bolsas: Curso Anual, Curso de Verão, *Fernão Mendes Pinto*;
- vi. Organizações Multilaterais;
- vii. Centros de Ensino Associados.

#### **P2 – Programa Português Língua de Herança (UO responsáveis: DCEPE & DPFC)**

- viii. Rede EPE: Estruturas de Coordenação, Professores do ensino básico e secundário
- ix. Avaliação e Certificação
- x. Inscrições e Propinas
- xi. Formação de professores de PLH
- xii. Plano de Incentivo à Leitura
- xiii. Outras Atividades
- xiv. Protocolos de Cooperação
- xv. Escolas Associadas
- xvi. Organizações Internacionais

### **P3 – Educação e Desenvolvimento (UO responsável: DCEPE & DPFC)**

#### ➤ *PALOP e TL*

- xvii. Rede EPE: Leitores
- xviii. Protocolos de Cooperação: Rede de docência, Cátedras, Formação Especializada
- xix. Centros de Língua Portuguesa
- xx. Programas de Bolsas: Curso Anual, Curso de Verão, Fernão Mendes Pinto
- xxi. Centros de Língua Portuguesa: Funcionamento e Atividades
- xxii. Atividades: Formação de Professores de PLS.

#### ➤ *APD (outros)*

- xxiii. Rede EPE; Leitores.
- xxiv. Protocolos
- xxv. Programas de Bolsas: Curso Anual, Curso de Verão, Fernão Mendes Pinto
- xxvi. Centros de Língua Portuguesa: Funcionamento e Atividades
- xxvii. Atividades

### **P4 – Ação Cultural Externa (UO responsável: DACE)**

- xxviii. Rede Diplomática e Consular
- xxix. Rede Centros de Língua Portuguesa.
- xxx. Centros Culturais
- xxxi. Programa de Apoio a Edição
- xxxii. Programa de Apetrechamento
- xxxiii. Protocolos
- xxxiv. Cooperação Multilateral
- xxxv. Projetos Especiais

### **P5 - Cultura e Desenvolvimento**

#### ➤ **PALOP e TL**

- xxxvi. Centros Culturais Portugueses
- xxxvii. Rede Centros de Língua Portuguesa

- xxxviii. Programa de Apoio a Edição
- xxxix. Programa de Apetrechamento
- xl. Protocolos

➤ **Outros Países APD**

- xli. Rede Diplomática e Consular
- xlii. Rede de Centros de Língua Portuguesa
- xliii. Programa de Apoio à Edição
- xliv. Programa de Apetrechamento
- xlv. Protocolos

**P6 – Centro Virtual Camões**

- xlvi. Formação a distância
- xlvii. Biblioteca digital
- xlviii. Gestão das comunidades educativas e culturais: Sistema Integrado de Informação (SII)
- xlix. Produção de material didático
- I. Projetos Especiais.

**Recursos**

Os recursos humanos, no total de 25 (21 Técnicos Superiores, dos quais 1 Diretor de Serviços e 3 Chefes de Divisão, e 4 Assistentes Técnicos), distribuem-se conforme o seguinte quadro:

<i>Direção de Serviços de Língua e Cultura</i>	
Diretora de Serviços	Madalena Arroja
Assistente Técnico	Maria Goreti Marques
<i>Divisão de Programação, Formação e Certificação</i>	
Chefe de Divisão	Rui Vaz
Técnico Superior	Cláudio Vinagre
	Maria de Fátima Mendes
	Maria Joana Rosário
	Maria de Fátima Páscoa
<i>Divisão de Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro</i>	
Chefe de Divisão	Maria José Machado
Técnico Superior	Anna Amado
	Vera Palma
	Maria do Rosário Chaves
	Toríbia Cancela
	Sérgio de Almeida
	Amália Almeida
	Ana Andrade
	Ana Soares*
<i>Divisão de Ação Cultural Externa</i>	
Chefe de Divisão	Cristina Caetano
Técnico Superior	Eunice Santos
	Maria João P. Correia
	Sandra Boavida
	Isabel Jerónimo
	João Passeiro
Assistente Técnico	Maria Elisabete Poderoso
	António Andrade
	Joaquim Caparica de Sousa

- Docente Universitária em mobilidade interna.

## 5.5 Direção de Serviços da Cooperação (DSC)

### Programas

A ação da Direção de Serviços de Cooperação (DSC) será direcionada para o reforço das relações Bilaterais e Multilaterais e para a promoção da complementaridade e de sinergias, identificando e propondo a definição de ações concretas ao nível da programação, da implementação, da influência dos processos multilaterais e do reporte da cooperação portuguesa. Apostará na identificação de parcerias e cofinanciamentos na execução de projetos concretos, nomeadamente no contexto da Cooperação Delegada, da corresponsabilização com os países parceiros e da Cooperação Triangular. Continuará, ainda, a apostar no Mecanismo de Apoio à Elaboração de Projetos de ONGD, como elemento inovador de criação de capacidades e de parcerias. Dará particular atenção ao reforço e/ou conceção de intervenções que sustentem o apoio ao empreendedorismo, à inovação e à capacitação técnica, científica e tecnológica, dado o seu impacto estruturante nas sociedades.

No contexto multilateral, será dada especial atenção à participação nas discussões relacionadas com as temáticas do Pós-2015, Financiamento do Desenvolvimento e Parceria Global para o Desenvolvimento Eficaz, bem como nos processos de programação conjunta e no processo de *New Deal* em Timor Leste.

Em coordenação com a DSPG, reforçará as regras e procedimentos relativos aos Agentes de Cooperação. Na sua relação com as ONGD desenvolverá, em articulação com a Plataforma das ONGD, uma análise das Linhas de Financiamento em curso, no sentido de reforçar a sua operacionalidade e impacto.

A operacionalização dos objetivos identificados para a Direção de Serviços da Cooperação (DSC) será efetuada através de um conjunto de 4 programas que correspondem a grandes áreas:

- Programação da Cooperação
- Assuntos Bilaterais

- Assuntos Multilaterais
- Apoio à Sociedade Civil.

### **Atividades**

Os objetivos da DSC são prosseguidos por quatro unidades orgânicas – a) Divisão de Programação da Cooperação, b) Divisão de Assuntos Bilaterais, c) Divisão de Assuntos Multilaterais, d) Divisão de Apoio à Sociedade Civil - que colaboram entre si na execução da política de cooperação portuguesa através de um total de 16 atividades.

No contexto da **Programação da Cooperação** estão previstas 5 atividades:

- i. Elaboração dos novos documentos de programação por país (Angola, Timor Leste e Moçambique).
- ii. Acompanhamento dos grupos de trabalho temáticos: Grupo de Trabalho de Estatística e de Financiamento do Desenvolvimento; reuniões Eficácia do Desenvolvimento (quer no âmbito da Parceria Global, quer no âmbito UE).
- iii. Recolha, tratamento e divulgação da informação relativa ao Esforço Financeiro Global em matéria de apoio ao desenvolvimento.
- iv. Elaboração dos documentos necessários para o Planeamento, Programação e Acompanhamento das atividades da Cooperação Portuguesa (consolidação dos contributos da Direção de Serviços da Cooperação para os documentos de planeamento do CICL - QuAR, Plano de Atividades e Relatório de Atividades).
- v. Seguimento e implementação das recomendações resultantes do Exame do CAD 2010 e do Exame a Meio Percurso de 2012, e preparados contributos para a preparação do Exame do CAD à Cooperação Portuguesa, a ter lugar em 2014.

No **contexto bilateral** estão previstas 5 atividades:

- vi. Análise, apresentação de propostas, bem como emissão de parecer prévio vinculativo previsto na lei, sobre programas, projetos e ações (PPA) a promover ou a apoiar, em todos os domínios da cooperação para o desenvolvimento;

- vii. Acompanhamento da implementação e a partilha de informação e a coordenação interna – incluindo o acompanhamento da execução material e financeira dos PPA - e com os parceiros dos PPA;
- viii. Concertação com as ONGD e Outras Organizações da Sociedade Civil;
- ix. Financiamento, através das linhas específicas para o efeito, de projetos relevantes de Educação para o Desenvolvimento e de ONGD.

No **contexto multilateral** estão previstas 3 atividades:

- x. Coordenação e definição da posição nacional nas instâncias europeias e multilaterais;
- xi. Coordenação da definição da posição nacional no quadro da CPLP e da Conferência Ibero-Americana, na área do desenvolvimento, assegurando a divulgação interna e externa de informação sobre as temáticas acompanhadas;
- xii. Acompanhamento e contribuição para o debate acerca da implementação da Agenda para a Mudança da UE, incluindo no que diz respeito à Programação Conjunta.

No **contexto do Apoio à Sociedade Civil**, estão previstas 4 atividades:

- xiii. Acompanhamento da execução das propostas aprovadas nas linhas de Financiamento de Educação para o Desenvolvimento;
- xiv. Acompanhamento da execução dos projetos aprovados na Linha de Financiamento de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento;
- xv. Lançamento e análise das linhas de Financiamento de projetos a desenvolver nas ONGD;
- xvi. Coordenação das ações de respostas em situações de Ajuda Humanitária.

## Recursos

A DSC conta com 40 trabalhadores, dos quais 35 Técnicos Superiores (que integram 1 Diretor de Serviços e 3 Chefes de Divisão), 1 Diplomata/Chefe de Divisão e 4 Assistentes Técnicos distribuídos de acordo com o seguinte quadro:

<i>Direção de Serviços de Cooperação</i>	
Diretora de Serviços	Paula Barros
Assistente Técnico	Maria José Santos (DSC)
	Lourdes Amorim (DAM)
	Manuela Caseiro (DPC)
	Conceição Fonseca (DASC)
<i>Divisão de Assuntos Bilaterais</i>	
Chefe de Divisão	Henrique Azevedo *diplomata
Técnico Superior	Lucilia Mendes
	António Nunes
	Maria Carmo Fernandes
	Filipa Abreu
	Eugénia Mendes
	Ana Paula Oliveira
	Joaquim Dias
	Manuel Mendes
	Helena Guerreiro
	Fábio Sousa
	Sara Santos
	Ana Miranda
	<i>Divisão Assuntos Multilaterais</i>
Chefe de Divisão	Paula Lopes
Técnico Superior	Ligia Figueiredo
	Lurdes Caiado
	Joaquim Neves
	Eduarda Silva
	Helena Vaquinhas
	Jocelina Graça
	Patricia Fonseca
<i>Divisão Programação da Cooperação</i>	
Chefe de Divisão	Tânia Montalvão
Técnico Superior	Edite Singens
	António Campos
	Sara Dias
	Sofia Pinheiro
	Ana Cortes
	Graça Rocha
	Isidora Frasquilho
	Odete Serra
<i>Divisão de Apoio à Sociedade Civil</i>	
Chefe de Divisão	Sérgio Guimarães

Técnico Superior	António Torres
	Lara Ramusga
	Celestes Sebastião
	Rita Nascimento

## 5.6 Direção de Serviços de Planeamento e Gestão (DSPG)

### Programas

A Direção de Serviços de Planeamento e Gestão (DSPG) tem as suas atribuições definidas na Portaria n.º 194/2012 20 de junho. De uma forma genérica e abrangente pode-se dizer que a DSPG concorre de forma transversal para a atividade do Camões, IP tendo em consideração que constitui uma unidade de apoio e suporte.

Tendo em conta a identificação dos objetivos estratégicos para 2013-2015 que constam do QUAR do Camões, IP, a atividade da DSPG para 2014 terá um forte enfoque no objetivo estratégico “Produzir e implementar uma política de gestão pela qualidade total, que se traduza na transparência, eficácia e eficiência da atividade” que se materializará no objetivo operacional “Desenvolver uma cultura de melhoria contínua, otimizando e garantindo a eficiência dos recursos internos e externos, por forma a garantir a validação do processo de certificação do Camões, IP”, para o qual todas as Unidades Orgânicas concorrerão.

Das principais atribuições da DSPG destacam-se: a coordenação das atividades relativas ao planeamento e gestão dos recursos humanos; o planeamento e a gestão dos recursos financeiros e patrimoniais e o apoio jurídico e de contencioso administrativo. As atividades relativas a cada atribuição são desenvolvidas pelas seguintes divisões:

- a) Divisão de Planeamento e Recursos Humanos (DPRH)
- b) Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP)
- c) Divisão de Apoio Jurídico e Contencioso (DAJC)

A operacionalização dos objetivos identificados para a DSPG será efetuada através de um conjunto de 4 programas que abrangem como grandes áreas:

- Gestão Financeira
- Gestão Patrimonial
- Planeamento e Recursos Humanos
- Apoio Jurídico e Contencioso

### **Atividades**

A concretização dos programas nas áreas acima identificadas será assegurada por um conjunto de atividades:

1. Na área financeira, assegurando a gestão, acompanhamento e controlo da execução do orçamento, designadamente através i) da elaboração de relatórios mensais e trimestrais de execução orçamental; ii) da elaboração do documento de “Controlo e Execução Orçamental” (CEO) para articulação e partilha com restantes UO dos reportes mensais de execução orçamental.
2. Na área patrimonial, otimizando as instalações e equipamentos, dando continuidade à orientação de redução de custos, designadamente através i) da rentabilização das instalações (território nacional e rede externa, mediante agrupamento de funcionalidades); ii) da gestão e controlo dos contratos de aquisição de bens e serviços, garantindo os procedimentos legais e, simultaneamente, uma maior eficiência económica; iii) da gestão do economato e requisições internas numa base do sistema GERFIP;
3. Na área do planeamento e recursos humanos, identificando e propondo as necessidades em matéria de recursos humanos do Camões IP, o que se consubstancia i) na elaboração e apresentação de relatórios de informação para efeitos de determinação do plano de redução de trabalhadores na Administração central do Estado e de acompanhamento e controlo da respetiva execução; ii) na informação prestada ao Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE); iii) na elaboração e acompanhamento do Plano de Gestão de Recursos; iv) no diagnóstico das necessidades de formação e de qualificação profissionais e consequente elaboração do Plano Anual de Formação; v) na implementação e acompanhamento do sistema de avaliação de desempenho dos trabalhadores

(SIADAP); vi) no processamento integrado e em sistema interoperativo dos vencimentos e abonos do pessoal; vii) na gestão do controlo de assiduidade e cadastro do pessoal da sede e rede externa; viii) na concretização dos procedimentos concursais, designadamente os respeitantes aos dirigentes intermédios de 2º grau.

4. Na área do apoio jurídico e contencioso, assegurando i) a elaboração dos diferentes pedidos de parecer técnico-jurídico solicitados pelos vários serviços; ii) a produção das peças processuais no âmbito do contencioso; iii) o acompanhamento dos procedimentos concursais desenvolvidos pela DPRH; iv) a elaboração da proposta de regulamento do regime jurídico do pessoal dos Centros Culturais Portugueses; iv) a análise das minutas dos contratos dos Agentes de Cooperação.

### **Recursos**

Os recursos humanos da DSPG totalizam 53 trabalhadores dos quais 58,5% são Assistentes Técnicos (25 trabalhadores) e Assistentes Operacionais (6 trabalhadores), 41,5% Técnicos Superiores (22 trabalhadores) que se distribuem conforme o seguinte quadro:

<i>Direção de Serviços de Planeamento e Gestão</i>	
Diretor de Serviços	Bruno António Ribeiro Barata
<i>Divisão de Planeamento e Recursos Humanos</i>	
Chefe de Divisão	Carla Maria Antunes Graça Silva
Técnico Superior	Ana Maria Magalhães da Cunha Correia
	Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos
	Cecília Maria Antunes Luís Sanches
	Dina do Carmo Marquês Nunes
	Edite Rosa dos Santos Corado
	Maria Fernanda Lopes Catarino Carvalho
	Rui Bentes Martins Simões
	Rui Manuel Moreira Pinto Esteves
	Cordenador Técnico
Laura Joaquina Pereira	
Assistente Técnico	Ana Maria Ferreira da Costa
	Ana Paula Amaral Laires
	Ana Paula Ramalho Gonçalves
	Eugénia Maria Natário Faria Eltayari
	Luísa Maria Fantásia Monteiro Ribeiro
	Maria João Almeida dos Santos
	Maria da Graça Cardoso Gonçalves Carvalho

	Maria da Graça da Conceição Pinto de Oliveira
	Maria de Fátima Almeida de Sousa Mina Viegas
	Maria José Encarnação Elias
	Paula Alexandra Miguel Alves Prazeres
	Pedro Miguel dos Santos Abreu
	Rossana Mamad
<i>Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial</i>	
Chefe de Divisão	Márcia Maria Pereira Pinheiro
Técnico Superior	Graça Maria Martins de Lima
	Maria de Fátima Caetano
	Maria Julieta Martins da Rocha
	Maria Miguel Costa Neves S. S. Jarnac de Freitas
	Rute Alexandra Martins da Silva Aires
	Vera Alexandra Ferreira Brito
Cordenador Técnico	Mafalda Ferreira Rua Guerreiro Lima
Assistente Técnico	Cristina Fernandes Braz
	Elizabete Marlene da Costa Fernandes
	Isabel Maria da Graça Ribeiro
	Lina Maria Capote Mateus Xavier Castro
	Maria Beatriz Coelho Rego Jesus Cordeiro
	Maria da Graça Silva das Dores R. Guerreirinho
	Maria do Carmo de Oliveira Ferrão
	Maria Luisa dos Santos Ribeiro Montez
	Nuno Miguel Arnauth Nunes
Assistente Operacional	Francisco Luis Batalha Piteira
	Lidia Beatriz Rojão Paiva Cerqueira
	Manuel Augusto Garcia Bata
	Manuel Gomes Duarte
	Maria Odete Fernandes de Almeida Pedro
	Ricardo Manuel de Jesus Soares
<i>Divisão de Apoio Jurídico e Contencioso</i>	
Chefe de Divisão	Tânia Montalvão
Técnico Superior	Ana Maria Robalo Branco
	Anabela Rações Barradas Coelho
	Helena da Glória Barros dos Santos
	Paulo Ricardo Novais Vilas Boas

## 5.7 Apoio ao Conselho Diretivo

Com a redução dos cargos de direção superior e o modelo de gestão através de um conselho diretivo, composto por um Presidente, um Vice-Presidente (diplomata) e dois vogais, tornou-se necessário dotar o Conselho Diretivo de apoio nas diferentes áreas de competência. Refira-se também que a localização em dois edifícios distintos requer igualmente mais recursos humanos. Assim, prestam apoio ao Conselho Diretivo 6 Técnicos

Superiores, 1 Diplomata, 1 Técnico de Informática e 4 Assistentes Técnicas nas áreas identificadas no quadro seguinte:

Direção	Ana Paula Laborinho	Presidente
	Paulo Nascimento*	Vice-Presidente
	Irene Paredes	Vogal
	Gabriela Albergaria*	Vogal
Técnicos Superiores	Inês Queiroz de Barros	Chefe de Gabinete
	Manuela Ferreira	Assessor para a área da Cooperação
	Mário Filipe**	Assessor para a área da Língua
	Alexandra Pinho	Assessora para a área da Cultura
	Madalena Sampaio	Assessor para a área da Educação e Desenvolvimento
	José Tadeu Henriques	Assessor para a área da Gestão
Diplomata	João Patrício	Assessor para a diplomacia
Técnica Informática	Conceição Coelho	Secretária da Presidente do Conselho Diretivo
Assistentes Técnicas	Ana Maria Bonifácio	Secretárias da Direção e dos Assessores do Conselho Diretivo
	Carla Azevedo Silva	
	Rute Ferreira	
	Carla Sofia Silva	

\*Diplomatas \*\* Docente Universitário em mobilidade



## VI. Anexos



## Anexo 1 – QUAR 2014

QUAR 2014										
Ministério dos Negócios Estrangeiros										
CAMÕES - INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA, I. P.										
<b>MISSÃO</b>										
Propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política e ainda propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurar a presença de leitores de português nas universidades estrangeiras e gerir a rede de ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário										
<b>Objectivos Estratégicos</b>										
OE 1: Potenciar a capacidade de intervenção da política de Cooperação para o Desenvolvimento e de promoção da Língua e da Cultura Portuguesas.										
OE 2: Produzir e implementar uma política de gestão pela qualidade total, que se traduza na transparência, eficácia e eficiência da atividade										
OE 3: Integrar as estruturas onde coincidam Cooperação, Língua e Cultura para a sua racionalização e maior eficácia.										
OE 4: Promover o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).										
OE 5: Estruturar e coordenar a política de difusão e promoção da Língua e da Cultura Portuguesas no estrangeiro contribuindo para a estratégia de Diplomacia Económica e consolidação da Marca Portugal.										
<b>Objectivos Operacionais</b>										
<b>EFICÁCIA</b>										35,0%
O1. Qualificar as redes de ensino/aprendizagem de língua portuguesa e de divulgação da cultura portuguesa, das culturas em língua portuguesa e de formação intercultural (OE 3 e 5)										Ponderação: 25,0%
Indicadores	2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 1. Taxa de execução da certificação das aprendizagens	N.A	N.A	85,0%	5,0%	100%	25,0%				
Ind 2. Taxa de ações realizadas dos planos de atividades culturais das redes externas	85%	N.D	85,0%	2,5%	85%	25,0%				
Ind 3. Taxa de planos de gestão das Coordenações de Ensino, avaliados	N.A	N.D	90,0%	5,0%	100%	25,0%				
Ind 4. Taxa de implementação da certificação de Escolas e Centros Associados Camões	N.A	N.A	85,0%	5,0%	100%	25,0%				
O2. Promover a integração das estruturas externas de Língua, Cultura e Cooperação numa estrutura de gestão única nos PALOP e Timor Leste (OE 3)										Ponderação: 25,0%
Indicadores	2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 5. Número de bibliotecas reestruturadas	N.A	N.A	2	1	4	50,0%				
Ind 6. Número de países objeto de fusão de estruturas	N.A	N.A	3	1	5	50,0%				
O3. Produzir e divulgar informação sobre fluxos de ajuda externa relativos à APD (OE 4)										Ponderação: 25,0%
Indicadores	2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 7. Percentagem de questionários/solicitações respondidos no prazo solicitado	71%	N.D	85%	5%	71%	100,0%				
O4. Assegurar a criação de receitas do Camões, IP (OE 1)										Ponderação: 25,0%
Indicadores	2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 8. Percentagem de receitas geradas pelas propinas em relação ao universo de inscrições	N.A	N.A	80%	5%	100%	60,0%				
Ind 9. Percentagem de receita gerada acima do total de despesas diretas pelos cursos do CVC, dos CCP e dos	N.A	N.A	10%	2%	15%	40,0%				

EFICIÊNCIA										35,0%
05. Desenvolver metodologias de harmonização dos instrumentos de gestão da rede externa (OE 1 e 5)										Ponderação: 20,0%
Indicadores	2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 10. Número de procedimentos aprovados	N.A	N.A	6	1	9	100,0%				
06. Contribuir para que as prioridades da política externa portuguesa nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento e da Língua e Cultura sejam refletidas no plano Europeu e Multilateral (OE 1 e 5)										Ponderação: 20,0%
Indicadores	2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 11. Percentagem de instruções dadas e contributos elaborados face às solicitações recebidas	84%	N.D	85%	10%	84%	50,0%				
Ind 12. Taxa de execução de projetos em articulação com outros Departamentos de Estado, entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais	100%	N.D	87,5%	2,5%	100%	50,0%				
07. Garantir o seguimento e a implementação das recomendações resultantes das avaliações e auditorias realizadas em 2013 (OE 1,4 e 5)										Ponderação: 20,0%
Indicadores	2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 13. Percentagem de recomendações das avaliações (internas e externas) implementadas relativamente às aceites	N.A	N.A	70%	5%	73,60%	50,0%				
Ind 14. Percentagem de recomendações das auditorias (internas e externas) implementadas relativamente às aceites	N.A	N.A	70%	5%	93,75%	50,0%				
08. Promover o financiamento, implementação e/ou gestão de PPA bilaterais, nomeadamente no âmbito dos PIC elaborados, e de cooperação delegada bem como o apoio à intervenção das OSC no domínio da Cooperação e Educação para o Desenvolvimento, através do cofinanciamento de projetos no âmbito das Linhas de Cofinanciamento (OE 1, 4 e 5)										Ponderação: 20,0%
Indicadores	2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 15. Percentagem de projetos/ações aprovados/financiados em relação ao nº de projetos previstos da OT Bilateral/país	89%	N.D	90%	2,5%	89%	50,0%				
Ind 16. Percentagem de projetos cofinanciados, no âmbito das Linhas de Cofinanciamento, face aos que reúnem	67%	N.D	67%	10%	67%	50,0%				
09. Garantir o funcionamento do sistema de controlo interno (OE 1, 4 e 5)										Ponderação: 20,0%
Indicadores	2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 17. Taxa de implementação das ações de mitigação do risco previstas no plano de gestão do risco	N.A	N.A	80%	5%	100%	40,0%				
Ind 18. Taxa de execução das reuniões de coordenação	N.A	N.A	80%	5%	100%	20,0%				
Ind 19. Taxa de criação/revisão dos procedimentos identificados.	N.A	N.A	80%	5%	100%	40,0%				
QUALIDADE										30,0%
010. Implementar uma metodologia de avaliação da satisfação dos utilizadores (OE 1 e 5)										Ponderação: 40,0%
Indicadores	2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 20. Nível de Satisfação dos Utilizadores	3,92	N.D	3,5	0,5	3,92	100,0%				
011. Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a qualificação, capacitação e satisfação dos colaboradores (OE 1 e 5)										Ponderação: 40,0%
Indicadores	2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 21. Taxa de execução do plano de formação aprovado	100%	N.D	80%	5%	100%	50,0%				
Ind 22. Nível de Satisfação dos Colaboradores	2,66	N.D	3,5	0,5	2,66	50,0%				
012. Desenvolver uma cultura de melhoria contínua, otimizando e garantindo a eficiência dos recursos internos e externos, por forma a garantir a validação do processo de certificação do Camões, LP. (OE 2)										Ponderação: 20,0%
Indicadores	2012	2013	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 23. Taxa de execução do cronograma correspondente à implementação da certificação para a Qualidade	N.A	N.A	80%	5%	100%	100,0%				

Recursos Humanos - 2014	Pontuação	Pontos Planeados (I)	Pontos Executados	Desvio
Dirigentes - Direção superior	20	4		
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	16	16		
Técnico Superior (I)	12	103		
Coordenador Técnico	9	4		
Assistente Técnico	8	41		
Assistente Operacional	5	6		
<b>Total</b>		<b>174</b>		
(I) Inclui 4 informáticos				
(II) Mapa de Pessoal 2014				
Nº de Efetivos no Serviço	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014 (Planeados)	
Nº de efetivos a exercer funções no Serviço	168	184	174	
Recursos Financeiros (euros) - 2014		Orçamento	Realizado	Desvio
Orçamento Funcionamento		52.606.804,00 €		
Aquisição de bens e serviços		2.539.355,00 €		
Despesas com o Pessoal		30.322.708,00 €		
Outras despesas correntes		19.705.555,00 €		
Investimento		37.646,00 €		
Outros		1.540,00 €		
<b>Total</b>				
Indicadores	Fonte de Verificação	Serviço responsável pela fonte de verificação		
Ind 1. Taxa de execução da certificação das aprendizagens	Plano de execução da certificação EPE	DSL/C		
Ind 2. Taxa de ações realizadas dos planos de atividades culturais das redes externas	Sistema Integrado de Informação	DSL/C		
Ind 3. Taxa de planos de gestão das Coordenações de Ensino, avaliados	Instruções enviadas, contributos recebidos por correio eletrónico e Informações de Serviço	DSL/C		
Ind 4. Taxa de implementação da certificação de Escolas e Centros Associados Camões	Plano de execução da certificação de Escolas e Centros Associados Camões	DSL/C		
Ind 5. Número de bibliotecas reestruturadas	Despachos, ofícios, instruções e e-mails	GDC		
Ind 6. Número de países objeto de fusão de estruturas	Cronograma	DSC/DSL/C		
Ind 7. Percentagem de questionários/solicitações respondidos no prazo solicitado	Lista de questionários/solicitações respondidos pela DPC em 2014	DSC		
Ind 8. Percentagem de receitas geradas pelas propinas em relação ao universo de inscrições	Sistema Integrado de Informação	DSL/C		
Ind 9. Percentagem de receita gerada acima do total de despesas diretas pelos cursos do CVC, dos CCP e dos CLP	Informações de Serviço / Notas sobre despesa / receita	DSL/C / DSPG		
Ind 10. Número de procedimentos aprovados	Informações de Serviço Manual de Procedimentos	DSL/C		
Ind 11. Percentagem de instruções dadas e contributos elaborados face às solicitações recebidas	Fonte DAM - Instruções e contributos enviados por telegrama, ofício, nota e e-mail; Fonte GPAC: Matriz de acompanhamento	DSC/GPAC		
Ind 12. Taxa de execução de projetos em articulação com outros Departamentos de Estado, entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais	Documentos sobre os projetos	DSL/C		
Ind 13. Percentagem de recomendações das avaliações (internas e externas) implementadas relativamente às aceites	Relatório Anual do GAA	GAA		
Ind 14. Percentagem de recomendações das auditorias (internas e externas) implementadas relativamente às aceites	Relatório Anual do GAA	GAA		
Ind 15. Percentagem de projetos/ações aprovados/financiados em relação ao nº de projetos previstos da OT Bilateral/país	Quadro de seguimento por país	DSC		
Ind 16. Percentagem de projetos cofinanciados, no âmbito das Linhas de Cofinanciamento, face aos que reúnem condições de cofinanciamento	Dossier de candidatura ED e PED	DSC		
Ind 17. Taxa de implementação das ações de mitigação do risco previstas no plano de gestão do risco	Relatório de acompanhamento do Plano de Gestão do Risco	GAA		
Ind 18. Taxa de execução das reuniões de coordenação	Matriz de reuniões	GAA		
Ind 19. Taxa de criação/revisão dos procedimentos identificados.	Manual do Camões, I.P.	GAA		
Ind 20. Nível de Satisfação dos Utilizadores	Matriz de resultados	GAA		
Ind 21. Taxa de execução do plano de formação aprovado	Matriz de acompanhamento de execução do plano	DSPG		
Ind 22. Nível de Satisfação dos Colaboradores	Relatório de Análise dos Resultados do Inquérito	GAA		
Ind 23. Taxa de execução do cronograma correspondente à implementação da certificação para a Qualidade	Cronograma	Todas as Unidades Orgánicas		



# Rede Global Camões, I.P.



- Rede Língua e Cultura
- Cooperação
- Centros Culturais

**ÁFRICA:** África do Sul | Angola | Botsuana | Cabo Verde | Costa do Marfim | Egito | Etiópia | Guiné-Bissau | Marrocos | Moçambique | Namíbia | Nigéria | São Tomé e Príncipe | Senegal | Suazilândia | Tunísia | Zimbabué | **AMÉRICA:** Canadá | E.U.A. | México | Argentina | Brasil | Chile | Colômbia | Uruguai | Venezuela

**ÁSIA:** China | República da Coreia | Índia | Indonésia | Israel | Japão | Malásia | Tailândia | Timor-Leste | Vietname | **EUROPA:** Alemanha | Andorra | Áustria | Bélgica | Bulgária | Croácia | Eslováquia | Eslovénia | Espanha | Estónia | Finlândia | França | Geórgia | Hungria | Irlanda | Itália | Lituânia | Luxemburgo | Macedónia | Moldávia | Países Baixos | Polónia | Reino Unido | República Checa | Roménia | Rússia | Sérvia | Suécia | Suíça | Turquia | **OCEÂNIA:** Austrália